

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH

HOSPITAL MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 E 2017 - Em Reais (R\$)				Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em Reais (R\$)			
Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
		(Representado)	(Representado)			(Representado)	(Representado)
Circulante		2.283.554	9.297.103	Circulante		225.400	3.926.632
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.022	263.319	Fornecedores	4	-	1.743.480
Contas a receber	6	2.273.123	8.683.177	Obrigações trabalhistas	7	52.015	1.654.891
Estoque	4	-	332.265	Obrigações sociais	8	559	229.629
Adiantamento a fornecedores		-	8.476	Obrigações fiscais		-	75.800
Outros créditos	4	6.409	9.866	Outras contas a pagar		-	3.172
Não Circulante				Partes relacionadas	9	172.826	219.660
Imobilizado			1.021.620	Não Circulante		2.273.123	1.244.206
Imobilizado líquido	4	-	41.036	Receitas diferidas	4	-	911.941
Intangível líquido	4	-	68.643	Outras contas a pagar	4	-	332.265
Imobilizado-contrato de gestão líquido	4	-	911.868	Provisão para contingências	10	2.273.123	-
Intangível-contrato de gestão líquido	4	-	73	Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)	4 e 11	(214.969)	5.147.885
Total do Ativo		2.283.554	10.318.723	Patrimônio social		4.939.901	4.812.636
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis				(Déficit) / Superávit acumulado		(5.154.870)	335.249
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido				Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		2.283.554	10.318.723
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 2018 E 2017 - Em Reais (R\$)			
Dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em Reais (R\$)							
1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: O Hospital Municipal de Araucária está localizada na região metropolitana de Curitiba, faz parte da rede municipal de saúde da cidade de Araucária. Oferece atendimento de baixa e média complexidade nas seguintes especialidades: Clínica Médica, Cirurgia Geral, Ginecologia e Obstetrícia, Gestação de Alto Risco, Cirurgia Ginecológica, Neurologia, Ortopedia e Traumatologia, Urologia, Cirurgia Pediátrica, Cirurgia Vascular, Cirurgia de Cabeça e Pescoço, Proctologia, Pediatria, Cardiologia e Anestesiologia. Todos os atendimentos são 100% SUS - Sistema Único de Saúde. b) Contrato de Gestão: O Hospital Municipal de Araucária foi administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), no período de 11 de novembro de 2014 a 31 de julho de 2018, por meio de contrato de gestão com a Prefeitura Municipal de Araucária, 209/2014 e Termo Aditivo 053/2017. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:				Patrimônio Social	Superávit/(Déficit) do Acumulado	Total	
Âmbito				Em 31 de dezembro de 2016	2.156.775	2.654.951	4.811.726
Legislação				Incorporação ao Patrimônio Social	2.654.951	(2.654.951)	-
Publicação				Ajustes patrimoniais	910	-	910
Federal				Superávit do acumulado	-	335.249	335.249
Decreto Federal nº 50.517/61				Em 31 de dezembro de 2017	4.812.636	335.249	5.147.885
Estadual				Incorporação ao Patrimônio Social	335.249	(335.249)	-
Lei Estadual nº 5.341/1969				Déficit do acumulado	-	(5.154.870)	(5.154.870)
Municipal				Encerramento de atividades (Nota 4)	(207.984)	-	(207.984)
Lei Municipal nº 416				Em 31 de dezembro de 2018	4.939.901	(5.154.870)	(214.969)
A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja manutenção foi deferida para o triênio 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, pela portaria nº 78 de 18.01.2018, pelo Ministério da Saúde. 2. Apresentações das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 22 de abril de 2019. 2.2. Base de mensuração e apresentação: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir. 2.3. Moeda funcional e de apresentação: Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. 2.4. Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalente de caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b) Estoques: São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou “vencidos” são baixados ou substituídos, quando identificados. c) Ativo imobilizado: Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. d) Ativo intangível: Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software. e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. f) Julgamentos e estimativas: A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. Provisões para riscos judiciais: A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliadas cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis. g) Apuração do Superávit/Déficit: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. h) Reconhecimento de receitas: As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos: Nas demonstrações contábeis de 2018 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. l) Patrimônio líquido: Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. m) Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. 3. Representação de Saldos do Exercício de 2017: A Administração da Entidade optou por reapresentar alguns saldos do exercício de 2017, em virtude de melhor apresentação, divulgação e comparabilidade das demonstrações contábeis, em conformidade com o pronunciamento contábil, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro. 4. Encerramento de Atividades de Gestão: Em julho de 2018,				Ativo	Baixa em 31/07/2018		
				Circulante	(267.438)		
				Estoques	(262.573)		
				Outros créditos	(4.865)		
				Não Circulante			
				Imobilizado	(674.111)		
				Imobilizado líquido	(206.740)		
				Intangível líquido	(66.071)		
				Imobilizado-contrato de gestão líquido	(401.300)		
				Total do Ativo	(941.549)		
				Passivo			
				Não Circulante	(733.565)		
				Receitas diferidas	(401.300)		
				Outras contas a pagar	(332.265)		
				Patrimônio Líquido	(207.984)		
				Patrimônio social	(207.984)		
				Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	(941.549)		
				Os valores remanescentes de ativos e passivos, apresentados nestas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018, serão liquidados em período subsequente, de acordo com os acordos de recebimento de recursos com Prefeitura do Município de Araucária e dos acordos de pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias.			
				5. Caixa e Equivalentes de Caixa	2018	2017	
				Aplicações em CDB - custeio	4.022	263.319	
					4.022	263.319	
				6. Contas Receber: Referem-se a saldo remanescente a receber do Contrato de Gestão 209/2014, e dos Termos Aditivos 053/2017 e 131/2017, junto a Prefeitura Municipal de Araucária.	2018	2017	
				Contrato - PM Araucária 209/2014	2.273.123	8.683.177	
					2.273.123	8.683.177	
				A Administração concluiu que as tratativas de recebimento dos valores junto à Prefeitura do Município de Araucária são determinantes para manutenção da apresentação do contas a receber sem provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa.			
				7. Obrigações Trabalhistas	2018	2017	
				Obrigações trabalhistas	47.210	666.482	
				Provisão férias	4.449	915.407	
				Provisões FGTS s/férias	356	73.002	
					52.015	1.654.891	
				8. Obrigações Sociais	2018	2017	
				INSS a recolher	366	71.576	
				FGTS a recolher	189	99.611	
				IRRF s/ folha a recolher	4	58.342	
				Contribuição Sindical a recolher	-	100	
					559	229.629	
				9. Partes Relacionadas: O saldo a pagar de R\$ 172.826 (R\$ 219.660 em 2017) refere-se a reembolso de despesas compartilhadas da Sede Administrativa previsto em contrato de gestão. 10. Provisões Para Contingências: A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas. A Administração julga não ser necessário a provisão para demandas judiciais. A Administração da Entidade, optou por registrar o montante de R\$ 2.273.123, em rubrica de provisão para contingências, relativo ao processo de intervenção pela Prefeitura de Araucária. Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:	Possível	2018	2017
				Cível	1.425.000	1.425.000	
				Trabalhista	486.781	308.992	
					1.911.781	1.733.992	
				11. Patrimônio Social: O Patrimônio Social é acrescido de excedentes de receitas sobre despesas (superávit), ou deduzidos por insuficiências (déficit).	2018	2017	
				12. Despesas Gerais e Administrativas	(157.826)	(1.830.599)	
				Serviços de gestão	(1.974)	-	
				Internet	(66.933)	(96.187)	
				Aluguel de máquinas	-	(8.836)	
				Viagens e hospedagens	(145.143)	(138.305)	
				Manutenção e conservação	(52.030)	(52.315)	
				Outros	(423.906)	(2.126.242)	
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis							
A Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Hospital Municipal de Araucária - Araucária - PR. Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Municipal de Araucária, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Municipal de Araucária, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. • Provisões para riscos e passivos contingentes: Conforme nota explicativa nº 10, provisão para contingências, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos pela adequação dos valores e critérios adotados pela Administração para a determinação do contas a receber. Ênfases: Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: i) Em 31 de dezembro de 2018, a Entidade apresentou patrimônio social negativo no montante de R\$ (214.969). A Entidade necessitará utilizar recursos próprios para quitação dos passivos remanescentes do processo de intervenção sofrido com a Prefeitura de Araucária - PR, enquanto não obtiver os recursos do faturamento realizado contra o ente público. (ii) Conforme descrito na nota explicativa nº 10 - Provisão para contingências, a Administração, amparada por seus assessores jurídicos, reconheceu uma provisão para contingências no montante de R\$ 2.273.123 em face da discussão sobre o processo de intervenção sofrido com a Prefeitura de Araucária - PR. A parcela de faturamentos não paga pelo Município, será considerada futuramente para reversão do valor da provisão. iii) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, foi integralmente revertido ao poder concedente, quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adotou as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. Outros assuntos: Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 21 de março de 2018, sem modificações. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Araucária/PR, 22 de abril de 2019. Lilian Rosana Kaiber Buse - Diretora Executiva - CPF: 017.494.859-07 Camila Duarte Pinto - Contadora - CRC CT PR 060116/O-0							

continuação

ça razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar

os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso

relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de abril de 2019.

Planners Auditores Independentes
CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2 - CVM 11.398
Valter Piovam
Contador CRC 1SP146651/O-0 - CNAI n.º 1.018

38054/2019

JJGC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS DENTÁRIOS S/A.

CNPJ - 00.489.050/0001-84

Relatório da Administração

Senhores acionistas:

Administração da JJGC Indústria e Comércio de Materiais Dentários S/A., submete a vossa apreciação às Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas da companhia referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Atenciosamente.

Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL COMPARATIVO DOS EXERCÍCIOS 2018 E 2017					
Valores expressos em milhares de reais					
ATIVO	2018	2017	PASSIVO	2018	2017
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	27.094	32.488	Fornecedores	7.549	14.818
Contas a receber de clientes	140.626	126.405	Empréstimos com partes relacionadas	467	-
Contas receber de partes relacionadas	19.043	7.297	Contas a pagar por partes relacionadas	6.306	10.007
Estoque	153.445	114.635	Salários e encargos sociais	18.637	19.893
Tributos a recuperar	35.615	27.469	Tributos a recolher	2.180	7.436
Adiantamento a fornecedores	18.276	12.917	Outros passivos	2.318	3.197
Outros ativos	7.001	5.821		37.457	55.351
	401.100	327.032	NÃO CIRCULANTE		
NÃO CIRCULANTE			Empréstimos com partes relacionadas	85.000	-
Contas a receber de clientes	1.230	753	Provisão para contingências	5.314	13.458
Depósitos judiciais	9.843	8.604		90.314	13.458
Imposto de renda e contrib social diferidos	54.498	86.294	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Tributos a recuperar	5.715	2.029	Capital social	1.152.622	1.127.622
Imobilizado	275.992	169.862	Reserva especial de ágio	(338.006)	(338.006)
Intangível	441.460	450.464	Reserva de lucros	247.451	186.613
	788.738	718.006		1.062.067	976.229
	1.189.838	1.045.038	TOTAL DO PASSIVO	1.189.838	1.045.038
TOTAL DO ATIVO					

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO COMPARATIVO DO EXERCÍCIO 2018 E 2017

Valores expressos em milhares de reais

	2018	2017
Receita operacional líquida	489.314	418.494
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(184.305)	(141.254)
Lucro bruto	305.009	277.240
(Despesas) receitas operacionais		
Despesas com vendas	(123.186)	(119.271)
Despesas gerais e administrativas	(92.291)	(72.811)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	5.049	14.830
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimoniais e impostos	94.581	99.988
Receitas financeiras	8.284	6.461
Despesas financeiras	(9.223)	(3.287)
Receitas financeiras líquidas	(939)	3.174
Resultado antes dos impostos	93.642	103.162
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(1.008)	(4.792)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(31.796)	(29.631)
Resultado do exercício	60.838	68.739

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Valores expressos em milhares de reais

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	60.838	68.739
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente	60.838	68.739

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 - (Valores expressos em milhares de reais)

DISCRIMINAÇÃO	Capital Social	Reserva especial de ágio	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31º de Janeiro de 2016	1.107.622	(338.006)	18.782	99.092	-	887.490
Aumento de capital	20.000	-	-	-	-	20.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	68.739	68.739
Constituição de reserva legal	-	-	3.437	-	(3.437)	-
Constituição de reserva para retenção de lucros	-	-	-	65.302	(65.302)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.127.622	(338.006)	22.219	164.394	-	976.229
Aumento de capital	25.000	-	-	-	-	25.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	60.838	60.808
Constituição de reserva legal	-	-	3.042	-	(3.042)	-
Constituição de reserva para retenção de lucros	-	-	-	57.796	(57.796)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.152.622	(338.006)	25.261	222.190	-	1.062.067

Notas Explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 comparativas com o exercício de 2017.

Valores expressos em milhares de reais.

- 1) CONTEXTO OPERACIONAL**
- A JJGC Indústria e Comércio de Materiais Dentários S.A. ("Companhia" ou "JJGC") é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em Curitiba - Paraná, na Avenida Juscelino K. Oliveira, nº 3.291 e tem por objeto a fabricação e comercialização de instrumentos e utensílios para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório; comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios; apresentação comercial e agente de comércio de instrumentos e materiais odontológico-hospitalares; serviços especializados de consultoria e suporte em planejamento cirúrgico para posicionamento computadorizado de implantes dentários e locação de equipamentos científicos, médicos e hospitalares sem operador.
- a) Reestruturação societária:** Conforme estabelecido em contrato "Primeiro aditamento ao acordo de acionistas" datado de 6 de abril de 2015, no período compreendido entre março de 2015 a novembro de 2019, a Straumann B.V. poderia exercer sua opção de compra de 51% das ações remanescentes que estavam em nome dos sócios Geninho Tomé e Clemlida Jesus Rodrigues de Paula Tomé, para obtenção de 100% do controle da JJGC.
- Em 2 de abril de 2015, a Straumann Brasil Ltda., sub-rogada no direito de aquisição pela Straumann B.V., adquiriu participação majoritária na NeoDent através da compra de 51% de todas as ações da Companhia. Dessa forma, o Grupo Straumann passou a deter 100% do capital da JJGC.
- Em 1º de janeiro de 2016 a Companhia realizou incorporação de sua Controladora, Straumann do Brasil Ltda. que teve todas as atividades operacionais, comerciais e administrativas absorvidas pela JJGC em Curitiba e em suas filiais.
- 2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
- As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
- 3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.**
- a) Ativos Circulantes e Não Circulantes:** São registrados pelo valor do custo histórico ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.
- b) Ativos Imobilizados, Investimentos e Intangíveis:** Estes ativos são registrados pelo valor de aquisição, acrescidos quando necessários dos impostos e serviços de instalação, deduzido de depreciação acumulada. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.
- c) Passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos financeiros incorridos.
- 4) CONTAS A RECEBER**
- | | | |
|---|----------|----------|
| | 2018 | 2017 |
| Clientes – mercado interno | 151.463 | 135.192 |
| Clientes – mercado externo | 1.227 | 849 |
| Cheques e outros créditos | 1.219 | 3.498 |
| (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (13.283) | (13.134) |
| Total saldo com clientes terceiros | 140.626 | 126.405 |
| Clientes – partes relacionadas | 19.043 | 7.297 |
| Total contas a receber | 159.669 | 133.702 |

Os valores do contas a receber estão registrados a valor histórico. A companhia constitui provisão para perdas com recebimentos de clientes para títulos em aberto a mais de 90 dias considerando a regra fiscal vigente e a análise individual financeira da posição da carteira.

5) ESTOQUES

	2018	2017
Produtos acabados	102.701	105.689
Produtos em processo	23.739	11.606
Materia-prima	23.287	7.201
Materia de embalagem	1.170	1.789
Materia de desgaste	4.837	2.909
Materia de uso e consumo	6.741	3.216
(-) Prov. Ajuste de estoques	(9.030)	(17.775)
	153.445	114.635

Os estoques estão avaliados pelo custo médio ponderado, de acordo com a legislação vigente. A companhia mantém provisão para ajustes de estoques com o objetivo de melhor refletir a realização destes ativos com base na análise dos estoques quanto ao seu valor realizável líquido aos produtos obsoletos e o cálculo de giro destes estoques.

IMOBILIZADOS E INTANGÍVEIS	2018	2017	Taxa de Depreciação % a.a.
IMOBILIZADO			
Terrenos	45.647	13.765	
Edificações	38.919	33.770	5,6 a 16,7
Máquinas e Equipamentos	184.191	132.876	10
Móveis e Utensílios	12.467	11.038	8,3 a 16,7
Hardware	20.969	18.014	10
Outras imobilizações	44.934	20.171	5 a 25
Imobilizado em andamento	25.601	18.920	
(-) Depreciações	(96.735)	(78.692)	
	275.992	169.862	
INTANGÍVEL			
Ágio, Marca e Carteira de Clientes	468.424	468.424	
Outros	8.944	8.552	
(-) Amortizações	(35.908)	(26.512)	
	441.460	450.464	

7) FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR	2018	2017
Fornecedores – mercado interno	7.217	13.966
Fornecedores – mercado externo	332	852
	7.549	14.818

- 8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
- O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2018, está representado por 2.936.504.500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal nem certificados ou cauteias, totalmente integralizado. O valor do capital social em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 1.152.621 (R\$ 1.127.622 em 2017).
- Reserva especial de ágio constituída pela reversão do ágio pela incorporação da companhia Manohay através da 39ª Assembleia Geral Extraordinária de 2013 no montante líquido de R\$ (338.006).
- 9) CONTINGÊNCIAS FISCAIS, CIVEIS E TRABALHISTAS.**
- A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis, ambientais e outros assuntos.
- A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.
- 10) COBERTURA DE SEGUROS**
- São mantidos contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco, para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

Curitiba, 31 de dezembro de 2018.

Matthias Schupp
Presidente
CPF 842.676.907-15

Loreci S. Hoffmann do Canto Jardim
Contadora
CRC PR 048.078/O-0

36326/2019